PL 1387/2023 00001



Gabinete do Senador Rogério Carvalho

EMENDA № - null (ao PL 1387/2023)

Dê-se nova redação ao Projeto nos termos dos itens 1, 2 e 3 a seguir.

Item 1 – Dê-se nova redação ao *caput* do art. 3º da Lei nº 14.166, de 10 de junho de 2021, como proposto pelo art. 2º do Projeto, nos termos a seguir:

"Art. 3º Os bancos administradores do FCO, do FNE e do FNO ficam autorizados a realizar acordo de renegociação extraordinária de operações de crédito inadimplidas sob sua gestão, inclusive em operações de crédito rural com valor originalmente contratado de até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) lastreadas em recursos do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT) e repassados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para financiamento da agroindústria, aplicando-se as disposições deste artigo.

....." (NR)

Item 2 – Dê-se nova redação ao art. 1º-B, ao *caput* do art. 2º-B e ao art. 3º-C, todos da Lei nº 13.340, de 28 de setembro de 2016, como propostos pelo art. 3º do Projeto, nos termos a seguir:

"Art. 1º-B. Fica autorizada a concessão de rebate para liquidação, até 30 de dezembro de 2024, inclusive em operações de crédito rural com valor originalmente contratado de até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) lastreadas em recursos do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT) e repassados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para financiamento da agroindústria, nos termos dos arts. 1º e 1º-A desta Lei, de débitos de responsabilidade de mini e pequenos produtores rurais conforme definido na Proposição 041/2011, aprovada pela Resolução CONDE/



SUDENE nº 43, de 10 de novembro de 2011, e de agricultores familiares que atendem aos requisitos da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006." (NR)

"Art. 2º-B. Fica autorizada a repactuação, até 30 de dezembro de 2024, inclusive em operações de crédito rural com valor originalmente contratado de até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) lastreadas em recursos do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT) e repassados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para financiamento da agroindústria, nos termos dos arts. 2º e 2º-A desta Lei, de débitos de responsabilidade de mini e pequenos produtores rurais conforme definido na Proposição 041/2011, aprovada pela Resolução CONDE/SUDENE nº 43, de 10 de novembro de 2011, e de agricultores familiares que atendem aos requisitos da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

....." (NR)

"Art. 3º-C. Fica autorizada a concessão de rebate para liquidação, até 30 de dezembro de 2024, inclusive em operações de crédito rural com valor originalmente contratado de até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) lastreadas em recursos do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT) e repassados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para financiamento da agroindústria, nos termos dos arts. 3º e 3º-B desta Lei, de débitos de responsabilidade de mini e pequenos produtores rurais conforme definido na Proposição 041/2011, aprovada pela Resolução CONDE/SUDENE nº 43, de 10 de novembro de 2011, e de agricultores familiares que atendem aos requisitos da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006." (NR)

Item 3 – Dê-se nova redação ao *caput* do art. 36 da Lei nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018, como proposto pelo art. 4º do Projeto, nos termos a seguir:

"Art. 36. É permitida a renegociação de dívidas de operações de crédito rural de custeio e investimento contratadas até 31 de dezembro de 2021, lastreadas com recursos controlados do crédito rural, inclusive aquelas prorrogadas por autorização do CMN e também aquelas com valor originalmente contratado de até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) lastreadas em recursos do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT) e repassados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para financiamento da agroindústria, contratadas por produtores



rurais e poi	r suas coope	erativas de p	rodução agro	opecuar:	ia em Munic	ipios da area
de atuação	da Sudene	e do Estado	o do Espírito	Santo,	observadas	as seguintes
condições:						
						11 (2.70)

JUSTIFICAÇÃO

Entende-se oportuno o PL nº 1.387, de 2023, que busca a equalização e a renegociação extraordinária de débitos no âmbito do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) e de ativos da União decorrentes de crédito rural inscritos em Dívida Ativa da União e em cobrança pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) ou Advocacia-Geral da União (AGU) e de outras dívidas rurais.

No entanto, defende-se a inclusão de operações de crédito rural, contratadas até o valor original de R\$ 200 mil, lastreadas em recursos do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT), repassados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para financiamento da agroindústria.

Os produtores rurais que contrataram esse tipo de operação estão em situação semelhante àquelas estabelecidas no Projeto de Lei, mas não poderão renegociar seus débitos, caso o PL não seja ajustado. Nesse diapasão, entendese, por uma questão de justiça, a apresentação desta emenda para correção dessa distorção.

Assim, com o objetivo de beneficiar os pequenos agricultores brasileiros, a presente Emenda procura direcionar o benefício proposto para aqueles mutuários que tenham obtido crédito rural no valor originalmente contratado de até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

Essa proposta não é demasiadamente restritiva em absoluto e atende amplamente aos produtores rurais familiares brasileiros, já que englobará dívidas em montantes atualizados. Em outras palavras, os valores envolvidos serão mais



elevados do que R\$ 200 mil e atenderão à maioria esmagadora dos produtores familiares do Brasil.

Ante a importância da medida que se propõe para os agricultores familiares do País, e para se fazer justiça a esse importante setor da economia brasileira, pedimos apoio aos nobres pares para aprovação da presente Emenda.

Sala da comissão, de de

Senador Rogério Carvalho (PT - SE)